

Espaços rurais e experiências turísticas: significados e compreensões à luz da história dos conceitos de Koselleck.

BRUNO MAGALHÃES BARCELLOS DE SOUZA¹

ORCID - 0000-0002-8911-1588

BERNARDO LAZARY CHEIBUB²

ORCID - 0000-0003-4026-7183

Recebido em 21.09.2020

Aprovado em 17.02.2023

Resumo

Este artigo propõe articular as contribuições do historiador Reinhart Koselleck quanto à história dos conceitos, visando auxiliar no entendimento do turismo no espaço rural enquanto fenômeno social, especialmente o segmento do mercado turístico intitulado de turismo rural e algumas de suas “ramificações” e/ou subsegmentações. Para tal objetivo, realizou-se uma análise bibliográfica e a busca de dados secundários em relevantes instituições de pesquisa e de regulamentação da atividade, fornecendo um olhar aprofundado nas diversas dimensões que dizem respeito à formação conceitual do assunto tratado. Examinou-se o contraponto urbano-rural e a procura da experiência turística nos ambientes rurais, para então compreender o ideário em torno dos conceitos de turismo rural e outros termos correlatos. Não foi o intuito deste trabalho encontrar uma definição que encerrasse as concepções acerca das atividades turísticas em áreas rurais, e sim desconstruir as ideias centrais que envolvem o conceito de turismo rural a partir do emprego concreto, contextual, temático e teórico das palavras que o formam.

Palavras-chave: Espaços rurais. Experiências turísticas. Turismo rural. História dos conceitos. Reinhart Koselleck.

¹ Mestre em Turismo pelo Programa de Pós-graduação em Turismo (Ppgtur) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Docente do quadro permanente do Ppgtur/UFF. Doutor em História, Política e Bens Culturais pelo Cpdoc/FGV, com doutorado sanduíche na Universidade de Surrey.

Rural spaces and tourist experiences: meanings and understandings in the light of Koselleck's history of concepts.

Abstract

This article proposes to articulate the contributions of the historian Reinhart Koselleck through the history of concepts, aiming to help in the understanding of rural tourism as a social phenomenon, especially the segment of the tourist market entitled rural tourism and some of its "branches" and/or sub-segments. For this purpose, a bibliographic analysis and the search for secondary data in relevant research and regulation institutions of the activity were carried out, providing an in-depth look at the various dimensions that concern the conceptual formation of the subject addressed. We examined the urban-rural counterpoint and the search for the tourist experience in rural environments in order to understand the ideology around the concepts of rural tourism and other related terms. The purpose of this study was not to find a definition that would end the conceptions about tourism activities in rural areas, but to deconstruct the central ideas that involve the concept of rural tourism from the concrete, contextual, thematic and theoretical use of the words which form it.

Keywords: Rural spaces. Tourist experiences. Rural tourism. History of concepts. Reinhart Koselleck.

Introdução

Na relação com o mundo exterior, na busca por sentidos e significados, os seres humanos nomeiam filhos, animais de estimação, criam apelidos, definem feitos e fatos e conceituam as coisas¹, tentando explicar fenômenos por meio de conceitos e definições. Fenômenos naturais, sociais, psicológicos e tantos outros que rodeiam o indivíduo podem ser compreendidos pelas diversas palavras, termos e expressões, a partir de seus contextos e concepções. O historiador alemão Reinhart Koselleck desenvolveu suas investigações em torno da história intelectual, tendo como uma de suas principais contribuições a História Conceitual, em que analisa a formação dos conceitos e suas construções com o passar dos anos. Ele acreditava que esse trabalho de pesquisa não “pode ser separado da história social, [...] [dos] problemas teóricos implícitos a este campo de pesquisa, particularmente no que se refere às relações entre linguagem e história” (FGV-SB, 1992, n.p.).

Ao dialogarmos com as contribuições de Koselleck, nos debruçamos nas suas visões de semântica, hermenêutica, sincronia e diacronia, com o objetivo de auxiliar na compreensão dos significados do turismo enquanto um fenômeno social no espaço rural. Este trabalho nasceu da necessidade de se discutir e compreender de maneira aprofundada os conceitos relacionados ao titulado turismo rural, circundado por algumas questões: o que é o espaço rural (o que o configura)? O que distingue este do espaço urbano? Quais são os significados do turismo no ambiente rural? O que é turismo rural e quais são as suas ramificações e subsegmentações? Todas as atividades de lazer turístico no espaço rural são componentes do turismo rural? Estas indagações nortearam a pesquisa aqui compendiada, de caráter exploratório, com alicerce bibliográfico e documental, analisando teorizações e contextos pontuados com base em alguns casos brasileiros e, de forma mais geral, em outros países. Tivemos o auxílio de autores que igualmente debateram fenômenos e segmentos de mercado a partir das colaborações de Koselleck.

Em um primeiro momento relativizaremos, na tentativa de desconstruir o que se entende pela dicotomia entre espaço rural e espaço urbano, desde como cada um deles vem sendo compreendido pelo senso comum, até como o campo político e científico os conformam, a partir de algumas instituições, publicações e literaturas. Apresentaremos ainda demandas, diferenças e similaridades na busca da experiência turística de turistas urbanos nos espaços rurais, sem a intenção de detalhar os perfis dos visitantes-consumidores. Por último, discutiremos as concepções de turismo rural (e outros termos correlatos), este binômio que centraliza conceitualmente boa parte das experiências de lazer turístico-rurais. Antes de tudo, as bases Koselleckianas que nortearam a investigação e, por conseguinte, o artigo:

1 – Explicando Koselleck

Reinhart Koselleck nasceu em Gorkitz, na Alemanha, em 1923. Seu campo de investigação diz respeito à teoria da história e outros aspectos da história moderna e contemporânea, tendo sua tese de doutoramento publicada em 1959 com o título *Kritik und Krise*; foi professor nas universidades

de *Bochum* (1966), *Heidelberg* (a partir de 1968) e *Bielefeld* (de 1973 a 2006), autor de vários livros e colaborador de diversas revistas científicas (GUIMARÃES, 1992). Faleceu em 2006, deixando aportes ricos quanto à compreensão dos conceitos e a observação da linguística, bem como o uso da hermenêutica e o cuidado com a sincronia e a diacronia dos fenômenos que resultam em demarcações e definições usadas pelos indivíduos. Sua obra parece uma circunscrição do próprio sentido holístico da hermenêutica, enquanto uma ferramenta na interpretação dos conceitos. Elencamos abaixo os principais pontos da História dos Conceitos (KOSELLECK, 1992):

- A história da palavra em si e dela enquanto conceito: o autor aponta que “não é toda palavra existente em nosso léxico que pode se transformar num conceito e que, portanto, pode ter uma história” (p.134). Compreender a história conceitual perpassa pelo esforço de separar conceito de palavra, para então alcançar sua historicidade. Dessa forma, um conceito deve ser entendido pelo seu fator histórico, na tentativa de se desconstruir a palavra que o simboliza, abrangendo sua semântica e sua colaboração ao conceito em questão.
- A utilização ou emprego [aplicação, diria ele] dos conceitos: a leitura da “aplicação empírica” do conceito no tempo-espaço pode auxiliar na sua apreensão. Esta abordagem perpassa pela visão de práxis de que o uso do conceito pode nos dizer muito sobre ele. Koselleck não parece preocupado de quem os use, mas de como ou para que o usam. Nas palavras de Melo (2013), não se deve esperar que o conceito explique todas as particularidades de cada uma das possíveis manifestações do objeto a ser analisado, mas sim que, como uma generalização, diga-nos o máximo possível sobre suas regularidades num determinado conjunto.
- Os critérios de seleção na escrita acerca da história dos conceitos: considerando o ponto anterior, a visão deste faz menção não apenas ao tempo e ao espaço, mas ao contexto em que o conceito é empregado ou no qual está contido. Afinal, Reinhart afirma que “todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos” (p.137).

- Os conceitos dependem de sua construção e aplicação no tempo: o historiador acreditava que os conceitos só podem enquanto tais, pensados e expressados uma única vez. Para ele, sua formulação teórica está relacionada com a situação em que os formam, e que é única. Essa afirmação nos permite articular a ideia de que o conceito pode ser repetido, mas para obtermos sua real compreensão precisamos “voltar” ao tempo e ao espaço de onde ele foi formulado; o que reproduzimos não é o conceito, mas as suas derivações ao longo do tempo, formando assim possíveis (re)conceituações.
- Observação sincrônica e diacrônica dos conceitos: “A história dos conceitos de Koselleck propõe analisar o processo de ressignificação dos conceitos (diacronia) cotejado ao seu uso semântico (sincronia), que define linguisticamente - como um referencial - os horizontes de experiência” (RABELLO, 2010, p.40). Ao tentarmos reconhecer, por exemplo, como o conceito de turismo rural acontece e se desenvolve, é necessário, além de visualizar as tentativas de definição de autores/pesquisadores e instituições proeminentes, analisar o contexto cultural e histórico da utilização “cotidiana” deste binômio: em quais circunstâncias, de quais maneiras, com quais propósitos...significando o quê (ele foi falado/escrito/mencionado)?

Koselleck (1992) acreditava que a diacronia dos conceitos e das palavras que os formam está contida na sincronia; ele adverte que essa diacronia deve ser “mensurada quando se pretende trabalhar empiricamente” (p.143). O autor traz à tona a compreensão de que a semântica de uma palavra não é fixa a um tempo/espaço; ao abordar algumas fontes linguísticas, documentais e textuais, que parecem inalteradas no decorrer dos anos, o teórico sentencia: “a palavra é a mesma, mas ganhou outro valor” (KOSELLECK, 1992, p.144). O cientista alemão propõe contribuir com a observação da diacronia na sincronia das palavras e nas construções dos conceitos ao longo do tempo.

2 – Desconstrução dos paradigmas relacionados ao rural e ao urbano.

A palavra “desconstrução” soa como um peso de responsabilidade ao confrontarmos ideias e crenças defendidas por alguém ou algum grupo. Permitimo-nos questionar e relativizar a dicotomia, a contradição, a oposição e o maniqueísmo entre rural e urbano com ênfase em suas práticas e relações socioespaciais, nos debruçando nas contribuições de Koselleck quanto à compreensão dos conceitos (e dos contextos). A análise da contraposição e da intersecção entre as dimensões supramencionadas é justificada pela característica fundamental do movimento turístico de visitantes majoritariamente urbanos nos espaços rurais: a busca por algo “radicalmente” distinto - pelo menos no campo do imaginário - do cotidiano frenético (pautado pelo trabalho sem sentido) da vida urbana (MENDES JÚNIOR; FERREIRA, 2009).

Henri Lefebvre coloca que o urbano é composto pela simultaneidade, pela reunião e por uma forma social que se afirma: a cidade - conceituada enquanto “a projeção da sociedade sobre um determinado local” (1972; 1986; 2001). O celebrado geógrafo cria e desenvolve o debate em torno do “direito à cidade” - até hoje um conceito discutido de forma recorrente na academia -, numa época (décadas de 1960 e 1970) de crescimento vertiginoso das metrópoles e de intensas intervenções urbanas em quase todo o globo. Ao analisarem o planejamento e a gestão da urbe, sua reorganização territorial e o protagonismo político nas decisões que definem o usufruto e o acesso aos seus variados recursos, Lefebvre e todos os urbanistas e geógrafos de seu tempo “naturalmente” realçam toda a complexidade que há na tessitura urbana; neste fluxo, tudo aquilo que não é urbano passa a ser enxergado cientificamente como algo menos complexo e projetivo? A esta altura do texto devemos inquirir se pode, ou como pode, ou quanto pode o conhecimento histórico cooperar com os esforços de conceituação (MELO, 2013).

Considerando as afirmações populares e do senso comum, Maria Gonçalo aponta que “o campo era caracterizado por relações pessoais onde as pessoas viviam em sintonia umas com as outras, e a cidade era marcada pela alienação e abstração em um viver mais individualista” (2011, p.13). A crença popular do rural como algo rudimentar vem do pensamento tradicional onde o urbano soa

como moderno e o rural como algo arcaico, antigo e desatualizado (GONÇALO, 2011). Com a exposição dessa crítica não queremos sugerir que o rural e o urbano sejam iguais, mas apresentar a necessidade de se “desmistificar”, para compreendermos os contrapontos entre eles (ALENTEJANO, 2003).

Como o objetivo da investigação aqui compendiada esteve centrado em observar clinicamente o turismo rural enquanto conceito, iremos nos reservar ao debate da fragmentação entre o rural e o urbano com olhos especiais voltados para o mundo rural. Ao mesmo tempo em que os locais urbanos e rurais podem ser bem diferentes, é extremamente difícil definir um limite estrito entre os dois. Ao se considerar aportes geográficos e de ordenação territorial e urbanística, percebe-se que existem muitas maneiras para delimitar ambos os locais. Em alguns países há uma relação entre rural-urbano e número de habitantes (aglomerados populacionais) para a identificação geopolítica dos espaços. Outras nações apreendem que o tipo de atividade econômica em que se baseia pode evidenciar melhor a natureza do local.

Na Grã-Bretanha o espaço rural é compreendido em oposição ao espaço urbano: enquanto as aglomerações de casas e de pessoas denotam urbanidades, o território rural é considerado disperso ou difuso; já na Espanha, na Grécia e em Portugal, os espaços rurais são aqueles onde existem agricultura e criação (OXINALDE, 1994). Nos Estados Unidos, quando as aglomerações chegam a mais de dez mil habitantes, as localidades passam a ser categorizadas como urbanas. (OXINALDE, 1994). Para Índia e Japão, as definições estão apontadas politicamente pelos índices das repartições do PEA (População Economicamente Ativa), em detrimento das atividades produtivas locais (SILVA, 2002). Outro indicador comumente utilizado está relacionado à densidade demográfica, na qual se consideram rurais áreas com menos de $150 \text{ habitantes/km}^2$, conforme ocorre em vários países Europeus e Asiáticos. Na França e na Alemanha, por exemplo, recebem a denominação de urbanos lugares a partir de $100 \text{ habitantes/km}^2$, independentemente da atividade econômica (SILVA, 2002; CUNHA, 2007).

No âmbito municipal brasileiro, desde a Constituição Federal de 1988 faz-se a partir do Plano Diretor Municipal (PDM) o planejamento urbano que definirá o ordenamento de cada cidade (BRASIL, 2001)². É o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, devendo ser aprovado por cada Câmara Municipal (BRASIL, 2016). Este documento também estipula as regras de construção, distribuição das infraestruturas, sistemas (transportes, esgoto, telefonia etc.), serviços (polícia, comércio etc.), legislações e até mesmo a estimativa e como a cidade deve crescer. Este estudo é utilizado em outros países de maneira muito similar, pautado na ordenação do urbano e do rural e na quantidade de habitantes e aglomerações (IPEA, 2014). No Brasil, é considerado urbano quem habita a sede urbana dos municípios, qualquer que seja o tamanho da ocupação; todavia, os critérios são definidos segundo a legislação da municipalidade a cada censo demográfico (IPEA, 2014; TULIK, 2003). Infelizmente, há demarcações de perímetros urbanos feitas pelas prefeituras por conveniência: “o rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais” (MARQUES, 2002, p. 97). Em outras palavras, a razão do interesse de estabelecer e ampliar o perímetro urbano da cidade para torná-la menos rural está no intuito de valorizar a arrecadação de impostos vinda do Estado; cobrar IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) é mais rentável do que cobrar apenas o ITR (Imposto Territorial Rural). Daí o resultado: algumas áreas "urbanas" com atividades genuinamente rurais (RODRIGUES, 2014; TULIK, 2003). Tal distorção induz a denominar de cidade o que na realidade seriam aldeias, povoados e vilas, resultando numa superestimação do grau de urbanização. Essas abordagens dificultam bastante a compreensão dos parâmetros limítrofes entre os dois extremos do país.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017)³:

- Zona urbana é a área interna ao perímetro urbano de uma cidade; inclui área isolada ou vila dotada de serviços públicos;
- Zona rural é a área externa ao perímetro urbano e inclui aglomerados rurais.

A noção mais simplista de continuidade/ruptura entre o urbano e o rural pode ser enganadora, por esconder a descontinuidade que, de fato, existe no espaço rural (MOREIRA, 1994). Ainda segundo

o IBGE, é considerada área urbanizada “[...] toda área de vila ou de cidade, legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana” (2010, p.1). Por causa desta disposição, nota-se que o espaço rural “corresponde a aquilo que não é urbano” (MARQUES, 2002), podendo ser abrangido “a partir de carências e não de suas próprias características” (p.97), ou seja, por exclusão do que há no urbano e que não haveria no rural.

Não são em todos os espaços ditos rurais que iremos ver essas “carências” na comparação com a realidade urbana. Esta constatação se sustenta por duas principais razões: a primeira pelo fato de que o campo possui intervenções tecnológicas ditas como modernas (CAVACO, 2003), em alguns lugares equiparando-se com a urbanidade. Conforme Cavaco, o setor primário e algumas associações de produtores rurais

[...] insistem na sua modernização, no avolumar das garantias de sustentação de mercados e preços, ou apenas dos rendimentos, na viabilização econômica das unidades produtivas, no desenvolvimento da competitividade ou, quando esta parece impossível, na defesa dos mercados nacionais, regionais ou locais, em face das concorrências tidas como desleais (2003, p.31).

A segunda razão está no uso de espaços e na oferta de atividades intermediárias, híbridas, entre o rural e o urbano, que tendem a gerar “formas variadas e significativas oportunidades de trabalho não agrícola, e com elas as situações de pluriatividade e pluri-rendimento individuais e familiares” (CAVACO, 2003, p.32). A pluriatividade é uma das características basilares do turismo rural, sobretudo do agroturismo (a ser analisado na próxima seção). No Brasil ela pôde ser observada inicialmente num período de reconstrução do rural no bojo dos debates sobre reforma agrária que se fortaleceram na 2^a metade da década de 1980 (CARNEIRO, 2002; GRAZIANO et al., 2000; CAVACO, 2003). Loughrey et al. (2013) acreditam, de forma geral, que a pluriatividade tem a ver com a diversificação agrícola realizada dentro da propriedade e/ou com as variadas atividades fora dela por meio de múltiplos empregos. Reforçamos, a partir da história dos conceitos, de que “[...] a compreensão de fatos históricos únicos demanda o estabelecimento de relações múltiplas com outros fatos, constituindo-se num todo altamente agregado de partes, cuja inteligibilidade escapa à

experiência individual particular” (KOSELLECK, 1992, p.143). Olhando para a literatura nacional e internacional, o fenômeno da pluriatividade na agricultura familiar esteve e está relacionado: com o combate à pobreza rural (que assola os empreendimentos de agricultura familiar) (SILVA; FIUZA; PINTO, 2019); com alternativas para complementar a baixa renda (BOUCHAKOUR; BEDRANI, 2015); com estratégias de sobrevivência de curto prazo, que embora possam estender as atividades agrícolas, não garantem a sustentabilidade da agricultura em longo prazo (LOUGHREY et al., 2013); à ampliação da renda familiar como uma opção para o crescimento da propriedade (NIEMELA; HAKKINE, 2015); a uma inovação do empreendimento rural por permitir melhorias na qualidade de vida das famílias agrícolas (CARDOSO, 2019); à busca de subsistência rural, que se torna possível por meio do desenvolvimento da economia (BLAD, 2010).

As diversidades econômicas, culturais e sociais que compõe a pluriatividade estão relacionadas com o panorama das multiterritorialidades no meio rural e a uma forma flexível de adaptação dos espaços constantemente mutantes (CARDOSO, 2019). São intensas as mudanças demográficas e econômicas que sofrem algumas áreas rurais, avolumando oportunidades de lazer a partir das potencialidades da agricultura e da proximidade geográfica de mercados emissores significativos (CAVACO, 2003). Esta capacidade de conversão de sítios rurais em atrativos e destinos turísticos faz com que o espaço rural seja explorado na busca de sobrevivência dentro do competitivo mercado, apresentando serviços, equipamentos e infraestruturas nitidamente urbanas.

Mas então, como considerar a atividade turística no espaço rural com tantas complexidades nas conceituações em detrimento às multifaces do que é o rural? Como identificar o espaço onde as experiências turísticas acontecem (e se diversificam)? Em seguida analisaremos sincronicamente e diacronicamente as práticas e experiências oriundas do fenômeno turístico nas zonas classificadas como rurais, detectando continuidades e rupturas, não sendo compreendidas de forma estanque, mas como constituintes de qualquer processo a ser investigado, ajudando a perceber as analogias entre momentos e culturas diferentes (MELO, 2013).

3 – Atividades e experiências turísticas no espaço rural

A história dos conceitos coloca-se como problemática indagar a partir de quando determinados conceitos são resultado de um processo de teorização (KOSELLECK, 1992, p.3).

As atividades de lazer são compreendidas como aquelas que ocorrem predominantemente no tempo de não trabalho, próximo das ideias do que se entende por tempo “livre” (BACAL, 2003). É neste tempo disponível que o indivíduo possui condições para vivenciar diferentes experiências, não necessariamente ligadas à informação ou ao excesso de opinião, estando desvinculadas do que se denomina trabalho (BONDÍA, 2002) e de outras obrigações. Ainda assim, graduamos, tendo Koselleck (2006a) como apoio, de que mudanças ocorridas nas últimas décadas, com as novas tecnologias e mídias, podem trazer outra configuração ao fenômeno do lazer, até por que: “novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos/pensados ainda que as palavras empregadas possam ser as mesmas” (1992, p.7). Sobre essa compreensão, Melo fala do rompimento “das fronteiras rígidas entre trabalho e não trabalho, entre rural e urbano, entre exterior e interior; do rompimento dos limites físicos de duas dimensões fundamentais à experiência humana, tempo e espaço, o que causa profundas mudanças em nossas vivências sociais” (2013, p.31).

No prisma das possibilidades de lazer e de sociabilidade, o fenômeno moderno da busca por diversão, por descanso e pelo estranhamento – fruto do contato com novas culturas e paisagens –, por meio de deslocamentos físico-espaciais (especialmente as viagens), recebe o nome de turismo. A atividade turística tem como característica proporcionar uma experiência diferente na vida do indivíduo, alterando sua rotina (COHEN, 1974), englobando exterioridades socioculturais, cognitivas, psicológicas e ambientais, de forma interligada (GOULDING, 2000). As experiências de lazer-turístico não são todas idênticas, levando-se em conta que os sujeitos possuem visões ou valores de mundo dessemelhantes (COHEN, 1974), podendo também ocorrer em diversos espaços, dentre eles, os rurais.

Em cognição a isso, porém fazendo uma necessária digressão, recorreremos a Melo (2013, p.30), “bebendo na fonte” do historiador alemão: “quanto o que chamamos de lazer carrega de ruptura e continuidade com outros formatos de diversão de outros períodos?”. Relacionando aos “primórdios” do lazer-turístico, Castro (1999) elenca algumas mudanças estéticas e intelectuais ocorridas no século XIX na estrutura da viagem – pautada pela ideia do deslocamento por prazer - relacionadas ao imaginário ocidental: “a valorização da natureza, a ‘descoberta’ das paisagens e de cenas ‘pitorescas’, a noção de lazer como forma de relaxar do *stress* da vida moderna [...]”. A partir deste século, cada vez mais se transmuta a estrutura e os confortos da vida urbana para o campo: “A natureza domesticada assegura a tranquilidade do espaço privado e oferece um cenário ideal para à vida em família” (RAUCH, 2001, p.103). O consumo simbólico da natureza enquanto paisagem reforça e reproduz um quadro geral de desigualdade social: “a natureza está para a burguesia mais ou menos como o sangue está para a aristocracia” (CLARK, 2004, p.220). O indivíduo passa a ter o poder de ajustar a natureza e a intensidade de sua experiência por meio do processo de manipulação de suas expectativas, exaltando e negando alternadamente poder aos símbolos identificados com determinado objeto, evento ou atividade (NERY, 1998).

Manobrando para a realidade brasileira, Cléber Dias (2013) em investigação historiográfica já descrevia experiências na natureza de “cidadinos” na primeira metade do século XIX relacionadas à pesca e caça recreativas no “interior” do país. Ainda não poderíamos conceituar estas experiências como turísticas, pois não existia uma estrutura de equipamentos e serviços visando organizar e comercializar as práticas de lazer de terceiros, o que compõe um dos elementos principais do moderno fenômeno turístico – notadamente a partir da segunda metade do século XIX na Europa (conforme visto no parágrafo anterior) e nas primeiras décadas do século XX nos principais centros urbanos do Brasil, com uma preliminar organização (guias, hotéis e agências) visando atrair e receber turistas (CELSO, 1999). Só é possível falar em turismo nos espaços rurais (ou ainda, turismo rural) no país a partir de meados do século XX, quando se inicia um desenvolvimento mais acentuado da atividade turística e uma segmentação realizada pelas agências de viagens. Esta expansão precisa ser contextualizada pela pseudodemocratização do turismo no país na década de 1970, procedente do aumento vertiginoso na malha rodoviária e na produção de automóveis, cada vez mais acessíveis à classe média da época, culminando com a construção de infraestruturas

turísticas de acesso e hospedagem (CHEIBUB, 2014). Isto é reforçado na pesquisa de Müller et al., ao explicar a ampliação da rede hoteleira:

A década de 1970 também contou com financiamento de longo prazo, através da EMBRATUR, FINAME [Agência especial de financiamento industrial], etc. e incentivos fiscais (SUDENE, SUDAM) para a construção de hotéis. [...] Em função desses financiamentos e incentivos, as empresas hoteleiras nacionais praticamente dobraram sua capacidade e empresas internacionais se instalaram no Brasil (2011, p.697).

Neste momento de ditadura militar, o turismo foi compreendido enquanto um setor econômico importante para o desenvolvimento do país, principiando sua efetiva ordenação, “[...] inicialmente com a criação da Embratur, órgão federal e logo com a implantação de órgãos estaduais e municipais” (MÜLLER et al., 2011, p.699). Na mesma década, em Mato Grosso do Sul – estado que posteriormente se tornou proeminente no turismo em espaços rurais, em função do famoso complexo do Pantanal – boa parte das políticas públicas foram relacionadas às transformações do meio rural em nome do progresso; a região foi enxergada como uma unidade geográfica para o planejamento das novas redes de transporte rodoviário, as quais evidenciaram novos arranjos de fluidez do capitalismo tecnocrático-militar (ARAUJO, 2010). O incremento da agricultura e da pecuária correspondia ao elemento socioeconômico mais importante da região até então, o que também representaria “a ideia de viabilização para melhor aproveitamento dos recursos e consequente integração ao desenvolvimento regional”, desconsiderando as realidades locais, em consonância com o ideário produtivista do período desenvolvimentista-autoritário (ARAUJO, 2010, p.207). Neste sentido, o meio rural na ideologia racionalista do regime militar foi enxergado de maneira utilitária, a partir de políticas e intervenções voltadas para a agroindústria e para o turismo, preparando o terreno para a subsequente institucionalização da atividade turística em áreas rurais.

O registro da primeira entidade ligada à gestão público-privada do turismo rural data de 1984: a Serratur Empreendimentos e Promoções Turísticas funcionava como um órgão oficial do município de Lages, na Serra Catarinense, objetivando transformar o turismo rural na região em uma realidade (NOVAES, 1994). Tendo em vista que “conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização” (KOSELLECK, 2006a, p.107), em 1987 a Embratur regulamenta as práticas ligadas ao turismo natural e rural (BECKER; MIRANDA, 1996); no ano seguinte, ao implementar

maior autonomia aos estados e municípios, com estímulos à descentralização em vários setores, a recém aprovada Constituição Federal expressara, no seu artigo 180, a promoção e o incentivo ao turismo como fator de desenvolvimento social e econômico (BRASIL, 1988).

É com o desenvolvimento desse setor econômico que acontece a formação de um campo específico ao redor, organizando, regulamentando e pensando o fenômeno turístico e suas práticas, e a geração de um mercado de consumo em torno de diferentes experiências, avolumado pela segmentação de mercado (DIAS, 2005). Examinando que uma palavra (ou a conjunção dela) surge para dar sentido às práticas que foram geradas por acontecimentos e fatos que abroilharam, o vocábulo turismo rural dá significado a algumas práticas específicas – e a relação que se tem com elas – sendo mais um indicador de que os acontecimentos descritos no início desta seção não poderiam ser nomeados de turismo rural. Ainda assim, estamos atentos à assertiva de Koselleck (1992) de que em alguns casos há um conceito em construção, ainda sem a “invenção” da palavra que o expressaria, não parecendo ser o caso aqui.

Ainda que algumas práticas turísticas nos ambientes rurais tenham insurgido antes, é no final do século passado que as nomenclaturas começaram a se diversificar, para além do usual e corriqueiro turismo rural: turismo no espaço rural, agroturismo, turismo de campo, turismo de habitação, turismo sertanejo, entre outros (TULIK, 2003; GRAZIANO DA SILVA, 2002; CAMPANHOLA, 2002). Por que nenhum desses termos conseguiu, na realidade brasileira, tanto êxito quanto o turismo rural⁴? Seguramente por questões conjunturais diversas, mas também pela força e qualidade da edificação de sua definição (MELO, 2013). Nessa toada, o emprego das nomenclaturas precisa ser problematizado, sendo possível determinar quando o conceito passou a ser teorizado e/ou institucionalizado e em quanto tempo isso ocorreu (KOSELLECK, 1992). “Qualquer conceito relacionado ao turismo rural, mesmo em seu mais amplo sentido, deve estar apoiado no entendimento do que é rural, o que varia muito entre os países, mesmo entre aqueles que têm política e programas conjuntos, como é o caso da União Europeia” (TULIK, 2003, p.21). Said (1993) mostra por meio de um exame minucioso as transformações, acomodações e adaptações imprescindíveis para que uma ideia, ao deslocar-se, se insira num novo universo simbólico. Analisando de maneira sincrônica o turismo rural em diferentes países europeus, Graça comenta que:

As noções de espaço rural divergem bastante entre países, o que explica a profusão das nomenclaturas e a divergência intranomenclaturas no contexto da União Europeia. Assim, na Alemanha, Holanda, Bélgica, Luxemburgo e França, não estão incluídos, no Turismo Rural, o turismo nas montanhas e o turismo no litoral. A Itália, ao contrário, inclui o turismo nas montanhas no Turismo Rural. Na Irlanda e na Grã-Bretanha, a expressão ‘turismo rural’ aplica-se, apenas, às zonas de povoamento disperso. Em Portugal, Espanha e Grécia o turismo rural abrange todo o território, exceção feita às cidades, predominando uma concepção de rural por oposição ao urbano (2003, p.36).

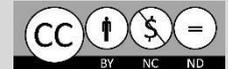
Além da dificuldade de se estabelecer, de forma mais geral, algumas distinções entre rural e urbano (algo já debatido na seção anterior), a separação entre os dois para o uso turístico no Brasil é, quase que de forma indiscriminada, marcada pelo “forte conteúdo de ciência, técnica e informação” (RODRIGUES, 2003, p.101), muito interligado ainda às ideias arcaicas que vêm do mercantilismo; essas categorizações já “não servem em razão das tênues diferenças entre os espaços, exceto em espaços diametralmente opostos, caracterizados por excessiva urbanidade ou excessiva ruralidade” (RODRIGUES, 2003, p.101). Outro elemento que traz complexidade para o debate conceitual seria a extensão territorial do país: por conter dimensões continentais, as explorações ao longo dos anos e os denominados ciclos econômicos deixaram marcas nas localidades rurais, o que forma um diversificado patrimônio histórico-cultural (RODRIGUES, 2003).

Jorge Larrosa Bondía atesta que “as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação” (2002, p.21). Koselleck o reforça ao afirmar que: “Todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tomando-o compreensível” (1992, p.136). O imaginário turístico da demanda consumidora do segmento de turismo rural se mostra sensível a dois principais atributos: espaço & atividade ou recreação desenvolvida. Tentar compreender o turismo rural apenas pelo espaço onde ele ocorre ou exclusivamente pela atividade exercida nos parece um problema. O “elemento geográfico de localização da atividade turística deve ser interpretado não simplesmente como o rural em oposição ao urbano” (RODRIGUES, 2003, p.103). A razão desta interpretação pode ter relação com o imaginário que conforma a impressão do turista urbano.

O Ministério do Turismo, na tentativa de padronizar, criou um perfil para esses consumidores de áreas rurais: moram nos grandes centros urbanos; possuem entre 20 e 55 anos; constituídos por

casais héteros que viajam com os filhos; têm ensino superior completo; se deslocam aos destinos em veículos particulares, preferindo viagens curtas nos finais de semana (num raio de até 150 km do entorno urbano); verificam o acesso à internet como tomada de decisão da compra; e consomem especialmente a culinária local (MTUR, 2009)⁵. O órgão ainda define o “turista rural” como aquele que: “[...] tende a buscar a aproximação com ambientes naturais e com a ruralidade – a paisagem deve representar um indicador de que ele está fora do seu ambiente de rotina” (MTUR, 2010, p.28). Na pesquisa de mestrado⁶ fundamentada no debate desenvolvido neste artigo, em que foram entrevistados 15 turistas que vivenciaram experiências turístico-rurais, percebeu-se que os “perfis” e as motivações são mais diversificadas do que as categorizações generalistas e superficiais do Ministério.

O perigo de denominar o turismo rural apenas pelo espaço está no fato de que nem todas as práticas feitas no ambiente rural são originalmente rurais. Há equipamentos e atividades puramente urbanas no espaço rural, assim como experiências e eventos que seriam caracterizados como rurais em meio ao urbano (RODRIGUES, 2003). Quanto a estes últimos consideram-se os bailes *country*, a valorização do tradicional através da moda de viola, o movimento dado como *retro* e as temáticas que remetem ao campo sediadas em casas noturnas e demais equipamentos urbanos. Como exemplo citamos a Vila Country, que mantém seu funcionamento em plena Barra Funda, bairro da cidade de São Paulo. Quanto às atividades que ocorrem no campo, porém similares as do contexto urbano, mencionamos os sítios que alugam seus ambientes para congressos e feiras de negócios, treinamentos/capacitações de empresas e outros eventos corporativos, casamentos, exposições tecnológicas e grandes espetáculos. Estas práticas dão nova roupagem aos eventos tematizados nas tradições folclóricas e manifestações populares. O maior “exemplo” está na famigerada festa do Peão de Boiadeiros de Barretos, no interior paulista, englobando várias atividades transferidas do mundo urbano para o clube, recebendo uma ambientação rural-campestre. Outro exemplo está contido no difundido TEAL (treinamento empresarial ao ar livre), organizado geralmente pelos setores de recursos humanos de empresas em sítios rurais que possuem equipamentos para a prática de exercícios e atividades de aventura (TEODORO, 2010).

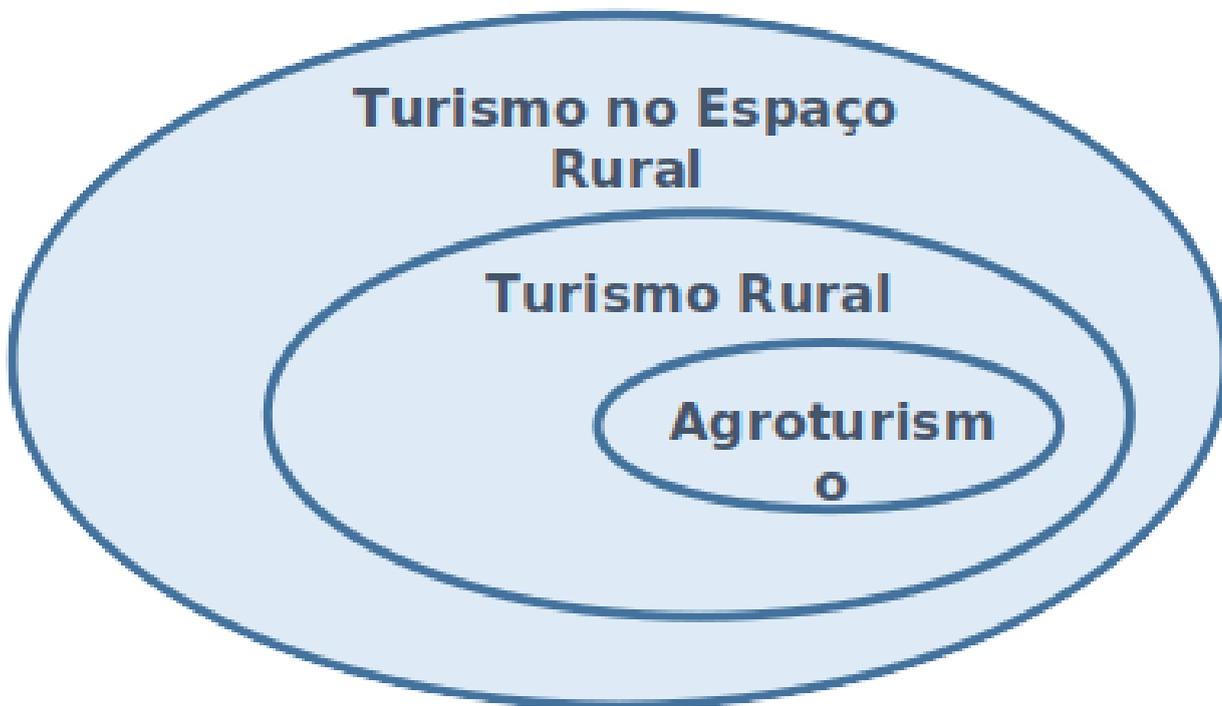


As ofertas turísticas no cenário rural recebem influências diretas e indiretas dos três panoramas articulados a ruralidade descritos até aqui e sintetizadas abaixo, considerando o espaço e a atividade desenvolvida - as quais também podem se interseccionar:

1. Atividades rurais no espaço urbano (mais relacionadas às opções de lazer dos cidadãos, podendo ser turísticas).
2. Atividades urbanas no espaço rural (ocasionalmente turísticas).
3. Atividades rurais no espaço rural (dentre elas, o turismo rural).

Como pudemos observar no parágrafo prévio, são várias as atividades que podem coexistir no contexto rural. O turismo é apenas uma delas, com suas variações e subsegmentos. Existem atividades que acontecem no espaço rural que permeiam outras modalidades turísticas - ecológica, histórica, cultural, de eventos, de compras etc. – nem todas acontecendo articuladamente ao turismo rural. Reiterando a dificuldade de identificar o segmento de forma desconexa à atividade e ao espaço, sugere-se olhar para estas duas esferas conjugadamente. Nesta perspectiva, Rodrigues (2003) traz uma indagação relevante para pensarmos conceitualmente a atividade turística na atmosfera rural: qual é a relação do proprietário ou do empreendimento com o entorno onde a atividade se realiza? Não é porque um *spa* ou grande hotel está no meio rural que a atividade turística em questão será necessariamente classificada como turismo rural. Por outro lado, práticas como a participação direta na lida – seja numa agricultura familiar enquanto pluriatividade, seja num empreendimento agroturístico, construído para tal fim – ou a experiência matutina de tirar leite de vaca mesclada a práticas recreacionais num Hotel-fazenda, mesmo que sejam (bem) diferentes, estão englobadas pelo conceito de turismo rural.

FIGURA 1 – INTER-RELAÇÃO DO APROVEITAMENTO TURÍSTICO NO ESPAÇO RURAL



Fonte: Elaborado a partir de Tulik (2003, p.37).

Dos termos já mencionados aqui no artigo, o agroturismo é o que está mais imbricado com o conceito de turismo rural; por isso, precisamos debatê-lo. Conforme regula a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2017), reforçado por diversos autores do campo de estudos turísticos (GRAZIANO; CAMPANHOLA, 2002; MAIA, 2015) e pelo senso comum, para ser considerado agroturismo os visitantes devem participar dos manejos, das lidas e demais rotinas laborais do campo enquanto força de trabalho. É o caso dos empreendimentos associados à Acolhida da Colônia⁷, objeto de estudo da pesquisa de mestrado suprarreferenciada. Na investigação de campo realizada para a construção da dissertação, além da conversa com um proprietário vinculado a Colônia, entrevistou-se turistas que vivenciaram o denominado agroturismo, em que seus relatos estão em cognição conceitual ao que tem sido desenvolvido majoritariamente na academia, a partir

de investigações empíricas e debates teóricos (MARTENDAL; TOMIO, 2015). Como o uso da palavra é determinante para o seu sentido, o conceito se “mantém” polissêmico, apresentando uma multiplicidade de significados (KOSELLECK, 2006a apud TEIXEIRA; EDRA, 2020). Tentando perceber este “subsegmento” inserido no debate realizado até o momento e retornando com o nosso binômio principal de análise, o turismo rural, expomos no **quadro 1** as diferenças de forma mais esmiuçada e fragmentada do que na imagem anterior – ao descrever a função e a forma de utilização das atividades turísticas no espaço rural.

QUADRO 1 - DEFINIÇÕES DOS (SUB)SEGMENTOS DO TURISMO RURAL



Fonte: Elaborado a partir de Maia (2015, p.7).

É nítida a dificuldade de demarcação em meio às esferas apresentadas, especialmente entre o agroturismo e o turismo rural na agricultura familiar, em que a linha que os separam, além de tênue, está mais relacionada às especificidades regionais, considerando tanto o viés de quem organiza

quanto a ótica de quem vivencia a experiência agroturística. Novamente acompanhados do historiador germânico, o conceito de turismo rural não pode mesmo dar conta de todas as peculiaridades de práticas tão diferentes que reunimos sob a capa de um mesmo objeto; a questão a ser ponderada é se o conceito dá conta de muitas coisas em comum disso tudo que agrupamos sob o manto do que nominamos de turismo rural⁸, “dando-nos condição de entender de maneira articulada práticas que podem até parecer bastante distintas, mas que têm muitos pontos em comum (exatamente os elementos de generalização que permitem a construção do conceito)” (MELO, 2013, p.20-21).

Considerações finais

Se encaramos os acontecimentos singulares simplesmente como eventos **radicalmente** únicos, particulares, jamais poderemos explicá-los (KOSELLECK, 2006b, p. 140).

O esforço de colaborar com a produção de conhecimento a respeito do turismo rural neste artigo se desdobrou na tentativa de “registrar as diferentes designações para os fatos (idênticos?)” (p.11), de forma que fosse “possível explicar o processo de cunhagem dessas designações em conceito” (KOSELLECK, 2006a, p.11). Melo, ao citar Koselleck, confirma: “os conceitos seriam categorias formais que permitem ao pesquisador sair da espuma dos acontecimentos e melhor compreender o que pretende investigar, suplantando a equivocada dicotomia evento-estrutura” (2013, p.29).

O intuito de se conceituar o turismo rural perpassa por uma discussão que está *a priori*, no que se refere ao que seria o rural, exigindo do pesquisador uma aferição de conjugados fatores, circunstâncias e significados. Mesmo que tenhamos verificado ao longo do texto a dificuldade de se estabelecer uma clara distinção entre rural e urbano, ainda assim identificamos que nem todo produto vendido como pertencente ao segmento do turismo rural é de fato rural. Refletir sobre as peculiaridades dos ambientes rurais e das atividades realizadas ajudam na compreensão dos diferentes “turismos”. As experiências de lazer-turístico no espaço rural podem apresentar diversas

vertentes, não só ligadas ao turismo rural ou ao agroturismo, como também a várias outras modalidades.

Sobre essa compreensão, podemos reconhecer o turismo rural não “só” como segmento de mercado, mas enquanto fenômeno social, envolto pelos acontecimentos históricos que o arquitetaram, pelo “emprego prático” do termo nas diferentes realidades e pelas teorizações realizadas por instituições e cientistas. As contribuições trazidas por Koselleck nos remetem a uma necessidade de se olhar o conceito que abarca determinada palavra por dentro, considerando-o hermeneuticamente na construção que se dá entre a sincronia do espaço e a diacronia do tempo, reconhecendo os diferentes textos e contextos que o reconfiguram (reconfiguraram e continuam à reconfigurá-lo). As definições de turismo rural que buscam explicá-lo de maneira simplória enquanto “atividades rurais nos espaços rurais”, devem ser examinadas minuciosamente: “quais Atividades?”, “como foram concebidas?”, “em quais contextos?”, ou ainda “quem as desenvolve e por quê?”. Diante do cenário da multifuncionalidade da agricultura, a concepção de pluriatividade delinea de forma marcante, junto com outras características, o conceito da principal ramificação do turismo rural, o agroturismo.

Enquanto pesquisadores, embalsamados pela conjunção da compreensão sociológica e histórica, precisamos olhar “a trajetória do conceito tendo em vista sua materialidade, as condições que sustentam o conceito, que o gestaram e que foram fortalecidas com sua sistematização” (MELO, 2013, p.29). Koselleck e “sua” História Conceitual nos mostram que o cuidado com os conceitos que conformam fundamentalmente o objeto de estudo em tela ajuda na realização das pesquisas científicas.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Revista de políticas públicas**. 2003. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/usorestrito/ALENTEJANO.pdf>>. Acesso em: 20/01/2020.

ARAUJO, A. G. de J. Desafios a um desenvolvimento sustentável em Aquidauana, pantanal matogrossense, Brasil: contradições e confusões no território das águas. **Breves Contribuciones del Instituto de Estudios Geográficos**, Tucumán, n. 22, p. 194-218, 2010.

BACAL, S. **Lazer e o universo dos possíveis**. Rio de Janeiro: Editora Aleph. 2003.

BALDIN, N; MUNHOZ, E. Bola de Neve: uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: **Congresso nacional de educação**, 10, 2011. Curitiba. Formação para mudanças no contexto da educação: políticas, representações sociais e práticas. Curitiba: EDUCERE, 2011

BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (Org.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1997.

BONDIA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Universidade de Barcelona. Tradução: João Wanderley Geraldi, Universidade Estadual de Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 28/08/2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Artigo nº180**, de 05/10/1988. Institui a promoção e o incentivo ao Turismo como fator de desenvolvimento social e econômico pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/522095/CF88_EC92_2016_Livro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 18/09/2020.

BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 13/09/2020.

_____. **Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para o Estatuto das Cidades, Brasília-DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 14/09/2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emenda Constitucional nos 1/92 a 91/2016. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/522095/CF88_EC92_2016_Livro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18/09/2020.

BLAD, M. Pluriactivity of farming families-old phenomenon in new times. In: **European Rural Development Network Studies**. Rural Areas and Development, p.155-165, v.7, 2010. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/ags/erdnra/139799.html>>. Acesso em: 17/09/2020.

BOUCHAKOUR, R.; BEDRANI, S., Pluriactivity, the Dutch disease and sustainable agriculture in Algeria. **International Journal of Technology Management and Sustainable Development**, v.14 n.3. 2015. Disponível em: <<https://www.ingentaconnect.com/content/intellect/tmsd/2015/00000014/00000003/art00005>>. Acesso em: 17/09/2020.

CARDOSO, M. M. Aproximación a las territorialidades múltiples en espacios rururbanos: indagaciones sobre horticultores en Santa Fe, Argentina. **Bitácora Urbano Territorial**, 29 (2): 81-88, 2019.

CARNEIRO, M. J. A pluriatividade na agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 19, outubro, 2002, p. 176-183.

CARVALHO, M. S. **Turismo e a questão de gênero**: o papel da mulher no desenvolvimento do turismo rural no Brasil. Brasília: UnB. Centro de Excelência em Turismo, 2008. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/160/1/2008_MaysaSenaCarvalho.pdf. Acesso em: 26/08/2016.

CASTRO, C. Narrativas e Imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, G. **Antropologia urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 80-87.

CAVACO, C. O mundo rural português: desafios e futuros? In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo rural**. SP: Editora Contexto, 2003.

CHEIBUB, B. L. A história das práticas turísticas no Serviço Social do Comércio de São Paulo (Sesc-SP). **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 6, p. 247-262, 2014.

CLARK, T. J. **A pintura da vida moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

COHEN, E. Quem é turista? Um esclarecimento conceitual. **The Sociological Rev.**, 22 (4), 1974.

CUNHA, L. **Introdução ao turismo**. 3 ed. Lisboa/ São Paulo: Editorial verbo, 2007.

DIAS, C. **Epopeias em dias de prazer**: uma história do lazer na natureza (1789-1838). Goiânia: Ed. da UFG, 2013.

DIAS, R. **Fundamentos do Marketing Turístico**. Rio de Janeiro: Pearson, 2005.

FGV-SB. **Revista Estudos Históricos**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945>. Acesso em: 25/08/2020.

GONÇALO, C. M. de S. **A relação campo-cidade do Município de Pilõezinhos-PB**. Monografia de licenciatura em Geografia. Guarabira: UEPB, 2011. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/983/2/PDF%20-%20C%C3%A1ssia%20Maria%20de%20Souza%20Gon%C3%A7alo%20parte%202.pdf>. Acesso em: 26/08/2020.

GOULDING, C. The Museum Environment and the Visitor Experience. **European Journal of Marketing**, 34(3/4), 2000, p. 261-278.

GRAÇA, J. Turismo e mundo rural: que sustentabilidade? In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo rural**: práticas e perspectivas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J; VILARINHO, C. DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J.; FROEHLICH, J; RIEDL, M., (Orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Papyrus, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. O lazer e o novo rural. In: BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (Orgs.). **Enfoques contemporâneos do Lúdico: III Ciclo de Debates Lazer e Motricidade**. Campinas: Autores Associados – UNICAMP, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP-IE, 2002.

GUIMARÃES, M. L. S. Apresentação do autor. In: KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084>>. Acesso em 13/09/2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e Caracterização dos espaços rurais e urbanos no Brasil: uma primeira aproximação**. IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>>. Acesso em: 26/08/2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Glossário. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html>>. Acesso em: 26/08/2020.

IPEA. **Texto para discussão: O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

KOSELLECK, R. Entrevista com Reinhart Koselleck. In: JASMIN, M. G.; FERES JÚNIOR, J. (Org.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Edições Loyola: Iuperj, 2006b. p. 140-169.

_____. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006a.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084>>. Acesso em: 26/08/2020.

LÉFÈBVRE, H. **Espacio y política: El derecho a la ciudad, II**. Barcelona: Ediciones península, 1972.

_____. **Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne**. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986. Tradução Margarida Maria de Andrade.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LE VEN, M.; FARIA, É. de & MOTTA, M. H. de S. História Oral de Vida: o instante da entrevista. In: SIMSON, O. R. de M. (Org.) **Os desafios contemporâneos da História Oral – 1996**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

LOUGHREY, J; DONNELAN, T; HENNESSY, T; HANRAHAN, K. The Role of Pluriactivity in Farm Exit and Labour Supply Decisions. Factor Markets Working Paper, n. 67, **Centre for European Policy Studies**, Brussels. 2013.

MAIA, E. M. M. Turismo rural na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Tijuca Boa Vista em Quixadá (CE). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 15 n. 1, p.1-19, abr. 2015.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**. SP: USP, 2002. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/160/148>. Acesso em: 26/08/2020.

MARTENDAL, A.; TOMIO, M. Gestão Familiar no Agroturismo em Santa Catarina: a experiência da Acolhida na Colônia. **Revista Turismo em Análise**. v. 26, n. 4, 2015.

MELO, V. A. de Sobre o conceito de lazer. In: SESC. **Sinais Sociais**. Rio de Janeiro: Sesc, 2013.

MENDES JÚNIOR, J. N.; FERREIRA, M. C. **Turismo, massificação e alienação**: a compreensão de um processo sucessional. Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/agegeo/article/download/4051/3945/>. Acesso em: 26/08/2020.

MOREIRA, F. J. **O turismo em espaço rural**: enquadramento e expressão geográfica no território português. Centro de Estudos Geográficos – Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994.

MTUR. Ministério do Turismo & Vox Populi. **Pesquisa Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/dadosefatos>. Acesso em: 13/09/2020.

_____. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural**. Brasil: 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em 26/08/2016.

MULLER, D.; HALLAL, D. R.; RAMOS, M. DE G. G.; GARCIA, T. E. M. (2011). O despertar do turismo no Brasil: a década de 1970. In **Revista Encontros Científicos–Tourism and Managent Studies**. Número especial. p. 639-653.

NERY, P. R. A. **Viagem, passeio, turismo**: um estudo comparado do deslocamento com valor. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

NIEMELA, T.; HAKKINEN, R. The Role of Pluriactivity for Continuity and Survival in Family Farm Firms. **Journal of Entrepreneurship, Management and Innovation**, pp. 7. March 15, 2015. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2578695. Acesso em: 17/09/2020.

NOVAES, M. H. Turismo rural em Santa Catarina. **Revista Turismo em Análise**, v.5, n.2, p. 43-50, 1994. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v5i2p43-50>>. Acesso em 26/08/2020.

OMT. Organização Mundial de Turismo. **International Rural Tourism Development: An Asia-Pacific Perspective**. Madrid: UNWTO, 2017.

OXINALDE, M. del R. **Ecoturismo: nuevas formas de turismo em el espacio rural**. Barcelona: Bosh – Casa Editorial, 1994.

RABELLO, R. A contribuição da história dos conceitos à ciência da informação: dimensões categórico-abstratas e analítico-causais. **Ci. Inf.** vol.39 n.3. Brasília, Sept./Dec. 2010.

RAUCH, A. As férias e a natureza revisitada. In: CORBIN, A. **História dos tempos livres**. Lisboa: Teorema, 2001. p.19-58.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: _____. (Org.). **Turismo rural**. SP: Editora Contexto. 2003.

RODRIGUES, J. F. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. **Revista Análise Social**, 211, xlix (2.º). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014.

SAID, E. **Fora do Lugar: memórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP-IE, 2002.

SILVA, M. D. C.; FIUZA, A. L. C.; PINTO, N. M. A. **The paradigmatic field of usage of the theoretical category of pluriactivity in Brazil**. Santa Maria: Ciência Rural, 2019.

SOUZA, B. M. de. **A experiência turística no espaço rural: analisando as transformações e mudanças de hábitos dos turistas após a participação na rotina da agricultura familiar**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Turismo) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

TEIXEIRA, C de A.; EDRA, F. P. M. Cicloturismo: origem e conceito da palavra a partir de Koselleck **Tur., Visão e Ação**, v22, n2, p318-333, Mai./Ago. 2020.

TEODORO, A. P. E. G. As atividades de aventura no mercado corporativo. In: MARINHO, A.; COSTA, E. T.; SCHWARTZ, G. M. (Orgs.). **Entre o urbano e a natureza: a inclusão da aventura**. São Paulo: Lexia, 2011. p.27-35.

TULIK, O. **Turismo rural**. (Coleção ABC do Turismo). São Paulo: Aleph. 2003.

1 O termo “coisas” está sendo tratado como a generalização dos diversos elementos abstratos e/ou objetos, enquanto o universo de tudo que rodeia o ser humano.

- 2 A Lei n.10.257 de 10/07/2001, o Estatuto das Cidades, que atualizou o antigo regimento da execução do PDM, estabelece no cap. III, art. 41, inciso I, a obrigatoriedade de as cidades com mais de vinte mil habitantes realizarem-no (Brasil, 2001).
- 3 Órgão de administração pública federal, vinculado ao Ministério da Economia, encarregado do levantamento de dados estatísticos no Brasil relacionados a investigações socioeconômicas e demográficas.
- 4 Questão similar foi abordada por Melo (2013), se tratando do fenômeno moderno que inclusive engloba a experiência turístico-rural: o lazer.
- 5 Dados extraídos da pesquisa Dados e Fatos de 2009, a partir de uma amostragem probabilística que definiu uma proposta de quadro referencial contendo as características que montam o perfil social e cultural dos turistas-consumidores que viajam a lazer para espaços rurais (MTUR, 2009).
- 6 A investigação analisou se a exposição do turista à rotina do campo e aos manejos rurais foi capaz de proporcionar mudanças em seus hábitos. Para tal, foram realizadas entrevistas com uso de um roteiro semiestruturado, tendo como método a história oral temática, ao propiciar que os interlocutores se tornem protagonistas da própria história, questionando e refletindo sobre as experiências vividas (LE VEN et al., 1997) - na história oral, a técnica de análise dos dados trabalha com o que realmente foi dito, articulado ao lugar ocupado pelo emissor no conjunto de relações em pauta. Na sistematização da pesquisa de campo, foi empregada a técnica “bola de neve”: “uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes”, e assim sucessivamente “até que seja alcançado o objetivo proposto” (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p.332).
- 7 Projeto sediado em Santa Rosa de Lima (SC) e em Casimiro de Abreu (RJ) que fomenta roteiros turísticos a partir de agricultores familiares, que sejam produtores de orgânicos ou agroecológicos, tendo como premissa a base comunitária e o estímulo a criação de uma associação de agroturismo (SOUZA, 2019).
- 8 De novo Melo (2013) faz esta similar indagação em cognição as especificidades do fenômeno moderno do lazer.